

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.109 - SP (2019/0296072-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : LUCAS TEODORO BAPTISTA
ADVOGADO : LUCAS TEODORO BAPTISTA - SP328226
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : P S N (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de P. S. N. apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Consta dos autos que o paciente foi condenado pela prática do crime de estupro de vulnerável, previsto no art. 217-A, c/c o art. 226, II, na forma do art. 69, todos do Código Penal, à pena de 26 anos e 8 meses de reclusão, em regime inicial fechado (e-STJ fls. 58/78).

A sentença foi reformada pelo Tribunal de origem, reduzindo a pena do réu para 14 anos de reclusão (e-STJ fls. 17/57).

No mesmo ato, determinou-se a expedição de mandado de prisão em desfavor do paciente, *in verbis*: "Em face do entendimento exarado pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal a partir do julgamento do *Habeas Corpus* nº 126.292/SP, vencido o prazo para embargos de declaração, expeça-se mandado de prisão em desfavor do réu" (e-STJ fl. 57).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante esta Corte Superior (e-STJ fls. 3/15), ao argumento de que há evidente constrangimento ilegal na determinação para o imediato cumprimento da pena, sem o trânsito em julgado do édito condenatório.

Além disso, assevera que não há fundamentação concreta para justificar a prisão do paciente, mormente quando concedido o direito de recorrer em liberdade em primeira instância.

Diante disso, "*requer seja concedida a ordem liminarmente, para a imediata revogação da decisão que privará a liberdade do paciente, concedendo-lhe a*

Superior Tribunal de Justiça

LIBERDADE PROVISÓRIA, ou então aplicando-lhe algumas das medidas cautelares diversas da prisão, e ao final, em julgamento de mérito, requer-se a concessão da ordem, confirmando-se a liminar, para que o paciente possa em liberdade responder ao processo" (e-STJ fls. 14/15).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

A nova orientação consolidada pelo Supremo Tribunal Federal é a de possibilitar a execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário (HC n. 126.292/SP, relator Ministro Teori Zavascki, Tribunal Pleno, DJe de 17/5/2016).

Observe-se que naquele julgado o STF deixou assentado que tal possibilidade "*não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal*".

Essa orientação foi adotada pela Corte Especial deste Superior Tribunal, na Questão de Ordem na Ação Penal Originária n. 675/GO (relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, julgado em 6/4/2016, DJe de 26/4/2016).

Na mesma senda as Turmas que compõem a Terceira Seção desta Corte, v.g., o HC n. 354.441/PE (relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 2/6/2016, DJe de 14/6/2016) e o HC n. 350.518/SP (relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 17/5/2016, DJe de 24/5/2016).

Ademais, em 5/10/2016, o Plenário da Suprema Corte, por maioria, indeferiu as cautelares requeridas nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43 e 44, entendendo que o disposto no art. 283 do Código de Processo Penal não veda o início da execução penal após a condenação em segundo grau de jurisdição.

Superior Tribunal de Justiça

Além disso, no dia 11/11/2016, o Excelso Pretório, por seu Tribunal Pleno, corroborou o realinhamento da jurisprudência daquela Corte, reconhecendo a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada, no sentido de que *"a execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau recursal, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal"* (ARE n. 964.246, relator Ministro Teori Zavascki, DJe de 25/11/2016).

Vale esclarecer que o acórdão impugnado determinou a expedição de mandado de prisão para início de execução da pena após o exaurimento da instância ordinária, conforme admitido pela jurisprudência pátria (e-STJ fl. 56).

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal, mormente quando o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste feito.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora, ressaltando-se que esta Corte deverá ser noticiada sobre qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste processo.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 1º de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

